

CADERNO DE RESOLUÇÕES

2018

XII

CONGRESSO DO SISMMAC



SISMMAC





CONGRESSO DO SISMMAC

APRESENTAÇÃO	5
EIXO I ANÁLISE DE CONJUNTURA	7
EIXO II ANÁLISE DO MOVIMENTO SINDICAL	9
EIXO III PROGRAMA DE TRABALHO DO SINDICATO	9
MOÇÕES APROVADAS	14
MOÇÕES APOIADAS	18

EXPEDIENTE



SISMMAC
Sindicato dos Servidores do
Magistério Municipal de Curitiba

Rua Nunes Machado, 1577, Rebouças – Curitiba/PR,
CEP. 80.220-070 | Telefone: (41) 3225-6729

Gestão “Fortes com a Base - Só a Luta Muda a Vida” (2017-2020)

Direção liberada | Adriano Vieira, Dulce Chaves, Liliane Tsumanuma, Luana Crestani, Luciana Kopsch, Mariana Navarro, Rafael Alencar Furtado, Solange Taurino, Viviane Bastos Pampu, Wagner Argenton

Direção que permanece nas escolas | Ana Claudia Xavier de Moraes, Ariane Lopes, Arthur Zwolinski Prats, Cristiane Bianchini, Cristiane Marques de Souza, Francielly Costa, Gabriel Conte, Gabriela Dallago, Gislaine Franco Silvério, Juliana Zeni Ostroski, Maria das Graças dos Santos, Marilu do Rocio Schwanke, Marisa Tchorney Guimarães, Raquel Soares, Rosana Almeida, Sheila Simonsen, Thayana Ribeiro da Cruz, Wagner Batista

Equipe de Comunicação | Thaíse Mendonça (DRT 8696/PR), Dalane Santos (DRT 10051/PR) e Júlia Trindade

Projeto gráfico, ilustração e diagramação
Ctrl S Comunicação (www.ctrlscomunicacao.com.br)

APRESENTAÇÃO

Ao final do XII Congresso do SISMMAC, que ocorreu nos dias 30 de novembro e 1º de dezembro de 2018, o magistério saiu fortalecido e com a certeza de que a única saída contra a onda de ataques contra os direitos duramente conquistados pela classe trabalhadora será a resistência.

O Congresso contou com a participação de 136 delegados, que representaram 74 escolas da rede municipal de Curitiba em dois dias de debates intensos para decidir sobre os rumos da categoria.

Vivemos tempos difíceis. Sofremos com a retirada de direitos tanto em âmbito municipal quanto nacional. Alguns exemplos desses graves ataques são: a ampliação do pacote de Greca, a Reforma Trabalhista e da Previdência, PEC do Teto e terceirizações irrestritas. Para enfrentar essa conjuntura, o magistério municipal de Curitiba decidiu pelo fortalecimento do Sindicato como instrumento de luta para barrar o iminente desmonte dos direitos dos trabalhadores.

Durante o Congresso, a categoria discutiu as três teses inscritas para o evento. As três apresentaram análises de conjuntura e também propostas convergentes e divergentes sobre os rumos das lutas do magistério e o funcionamento do SISMMAC.

Neste Caderno de Resoluções você pode conferir as propostas e moções aprovadas no XII Congresso do SISMMAC. A direção do Sindicato e o magistério continuarão mobilizados em 2019 para intensificar ainda mais o trabalho de base e ampliar as discussões e debates sobre as ações mencionadas neste documento.

Leia o Caderno de Resoluções e fique informado sobre o que foi decidido no Congresso! Afinal, a melhor ferramenta de luta é o conhecimento! Só assim poderemos manter direitos já conquistados e reivindicar melhores condições de trabalho para todas as trabalhadoras e trabalhadores do país. Firmes!



ANÁLISE DE CONJUNTURA

1. Intensificar o trabalho de formação política nos Conselhos de Representantes

e em nossos materiais sobre a conjuntura mundial e nacional, para além do repasse e discussão das pautas da categoria.

2. Continuar lutando em conjunto com movimentos nacionais para a **construção da greve geral, pela revogação dos grandes ataques à classe trabalhadora:** Reforma Trabalhista; terceirização irrestrita; contratos via Organizações Sociais; EC 95 que limita os gastos com serviços públicos por 20 anos.

3. Reafirmar o **posicionamento contrário à Reforma da Previdência;** contra as privatizações e concessões de empresas públicas e pela reestatização das que já foram privatizadas. Continuar lutando em conjunto com movimentos nacionais para a construção da greve geral contra esses e outros ataques à classe trabalhadora.

4. Manter a defesa da **Lei do Piso Nacional dos Profissionais do Magistério Público.**

5. Em **defesa da Reforma Agrária, Reforma Urbana, demarcação das terras indígenas e titulação das terras quilombolas,** por melhores condições de vida e trabalho para a classe trabalhadora.

6. Contra o imposto sindical e qualquer forma de contribuição compulsória. Em defesa da independência e autonomia dos sindicatos.

7. Ampliar o debate com a categoria sobre **Democratização dos Meios de Comunicação:** novo marco regulatório da mídia e imprensa livre.

8. Aprofundar o debate sobre a dívida pública pela suspensão e auditoria da mesma.

9. Ampliar o debate sobre a Reforma Tributária com a taxação das grandes fortunas e heranças.

10. Revogação da lei de responsabilidade fiscal; contra o negociado sobre o legislado e qualquer flexibilização nas leis trabalhistas.

11. Apoio à luta dos trabalhadores na Venezuela, em defesa da soberania nacional.

12. Resolução do XII Congresso do SISMMAC sobre o governo Bolsonaro

O governo Bolsonaro nem tomou posse e já mostrou a que veio: aumentar os lucros dos patrões e diminuir salários e direitos, aprofundando a exploração do conjunto de nossa classe.

Para isso, o futuro governo já anunciou o aprofundamento dos piores ataques que sofremos nos últimos anos: Reforma Trabalhista, PEC do Congelamento e terceirização irrestrita.

O fim anunciado do Ministério do Trabalho mostra que a fiscalização das relações e condições de trabalho – que já é mínima – irá acabar. A tal Carteira de Trabalho verde e amarela servirá para que os patrões contratem sem precisar respeitar os direitos que estão acima da CLT, conquistados com muita luta nos Acordos e Convenções Coletivas.

A Reforma da Previdência, já indicada para o início de seu mandato, irá aumentar a idade mínima para se aposentar, atacará a aposentadoria dos servidores públicos e, como está sendo construída conforme modelo da reforma feita no Chile do ditador Pinochet, diminuirá os valores pagos

para no máximo 70% dos salários, cabendo ao trabalhador pagar uma previdência privada se quiser receber mais.

Com a reforma feita no Chile, o que aumentou foi a taxa de suicídio entre os idosos, batendo tristes recordes numa população em que mais de 90% dos aposentados recebe menos de 60% de um salário mínimo.

Além da Previdência, Bolsonaro e seu economista Paulo Guedes – serviçal de longa data dos interesses dos patrões – anunciam um conjunto de privatizações das empresas estatais chegando até a educação, tendo como alvo inicial a privatização das universidades públicas, após décadas de sucateamento por parte dos diversos governos. Essas medidas pretendem passar para os patrões – inclusive internacionais – a preço de banana a exploração e o controle direto de setores estratégicos para nosso país.

A defesa da fusão do Ministério do Meio Ambiente com o Ministério da Agricultura mostra que a política desse governo será a de favorecer ainda mais a bancada ruralista, com o agronegócio atacando ainda mais as comunidades indígenas, quilombolas e o meio ambiente.

Para o serviço público, que atende os direitos sociais dos trabalhadores e suas famílias, o que se anuncia é o aprofundamento da PEC do Congelamento. Agora não só vai congelar, mas destruir, através do fim da estabilidade e de programas de demissão voluntária, a educação, saúde, assistência social, previdência e demais serviços públicos.

Na educação, tivemos o anúncio de um ministro reacionário que acredita que o golpe militar de 64 deve ser comemorado e que Paulo Freire deve ser “expurgado” da educação pública. Vão tentar impor a Lei da Mordaza através do Projeto Escola sem Partido, que na verdade é o projeto pedagógico mais partidário já apresentado. Além disso, nossa aposentadoria especial será atacada na Reforma da Previdência e ele tentará aprofundar a PEC do

Congelamento, desvinculando os recursos destinados à educação e saúde do orçamento da União.

Os ataques irão se aprofundar, e nossa resistência como classe também deve se intensificar. Por isso, buscarão criminalizar os que lutam, como mostram a ameaça de intervenção nos sindicatos, a proposta de aprofundar a lei antiterrorismo e a tentativa de enquadrar como terroristas movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST). Essas ações evidenciam que esse governo não hesitará em agir institucionalmente e com violência contra as lutas dos trabalhadores.

Para enfrentar esse governo e seus ataques, teremos que construir muito trabalho de base e unidade na ação com o conjunto da classe trabalhadora. O trabalho de base cotidiano, ombro a ombro com nossa classe, deve ser o foco também nesse período. É pela construção com a base do movimento que se construirá uma resistência efetiva a esse conjunto de ataques.

A unidade na ação deve ser construída garantindo a efetiva participação dos trabalhadores de base nas ações conjuntas e a centralidade da defesa dos direitos dos trabalhadores e das liberdades democráticas como pauta. Isso porque acreditamos que essa unidade deve ser potencializada através da prática dos princípios de independência frente a patrões e governos, autonomia frente a partidos políticos e foco no trabalho de base a partir dos locais de trabalho e com formação política.

Esses princípios devem ser condicionantes para a participação do SISMMAC nessa unidade na ação pela construção da necessária greve geral: lutar contra as medidas desse governo que pioram ainda mais as condições de vida e trabalho do conjunto da classe trabalhadora e que essa unidade e seus espaços contem com a participação efetiva de trabalhadores da base do movimento.

EIXO II

ANÁLISE DO MOVIMENTO SINDICAL

13. Desfiliação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE)

e, em contraposição, apoiar diretamente sindicatos e oposições da educação e do serviço público que atendam os nossos princípios de: **independência de patrões e governos, autonomia frente aos partidos e organização pela base.**

14. Construção política da Intersindical

– Instrumento de Luta e Organização da Classe Trabalhadora e participação em suas instâncias nacionais: coordenação,

encontros e plenárias.

15. Realizar o debate com a nossa categoria sobre a necessidade de unificação dos sindicatos do serviço público municipal.

16. Promover o diálogo com os outros sindicatos presentes no município, unificando as lutas gerais.

17. Promover o diálogo e a unificação das lutas gerais com os demais sindicatos existentes na Região Metropolitana.

EIXO III

PROGRAMA DE TRABALHO DO SINDICATO

GERAL

18. O SISMMAC deve manter em seu programa de trabalho, independente da gestão que esteja à frente do Sindicato, os princípios de: a) Independência de classe frente a patrões e governos; b) Autonomia em relação a partidos políticos; c) Trabalho de base e organização no local de trabalho; d) Formação política; e) Unidade de ação e solidariedade com os

demais trabalhadores em luta. Além de aprimorar permanentemente a aplicação desses princípios.

19. Combate a perseguição política, o assédio moral e sexual nos locais de trabalho em qualquer instância. **Incluir nos Conselhos de Representantes como ponto de pauta um material/roteiro de orientações contra a criminalização docente e contra o Projeto Escola Sem Partido.**

20. Garantia de plena expressão das correntes de pensamento que compõem o magistério municipal **e que atuem no campo democrático em defesa da escola pública, sempre em respeito à existência e às instâncias de funcionamento do Sindicato.**

21. Defender o Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Curitiba (IPMC) na retomada de composição de receitas para garantir as aposentadorias; o Conselho Paritário; e participar regularmente do seu Conselho. Manter a luta em defesa do IPMC e o posicionamento contrário ao CuritibaPrev, reforçando a defesa da Pauta Prioritária de Reivindicações.

22. Manter o departamento jurídico do Sindicato forte e organizado para dar continuidade às ações jurídicas e manter o contrato com o DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos.

OLT

23. Realizar formação sobre a importância da mobilização por local de trabalho, incluindo os mecanismos existentes de gestão democrática como instrumentos a serem usados na resistência. Realizar essa formação pelo menos uma vez no semestre, de modo que não coincida com datas de formações oficiais da SME.

24. Continuar fomentando e apoiando a organização direta dos trabalhadores em seu local de trabalho, organizando espaços de troca de experiências no Conselho de Representantes, **garantindo a expressão de todas as concepções e forças políticas.**

25. Propor seminários durante o ano letivo que possam ser realizados durante o ano, dentro de uma semana, em data diferente da semana pedagógica oferecida pela SME, dando possibilidade para a base participar.

TRABALHO DE BASE

26. Fortalecer a atuação **e valorização** dos representantes através de formações e trocas de experiências de lutas e pedagógicas **por local de trabalho, dando autonomia para ampliar o debate e o diálogo com a base.**

27. Manter campanha constante para eleição de representantes em todas as unidades escolares, **garantindo a expressão de todas as concepções e forças políticas existentes na base.**

28. Promover maior envolvimento da comunidade em nossas lutas.

29. Sistematizar e divulgar um calendário flexível para, ao menos uma vez no trimestre, o diretor liberado do SISMMAC fazer uma visita agendada nos dois turnos.

30. Realização constante de Assembleias da categoria para dar voz à base nas decisões do Sindicato.

POLÍTICA FINANCEIRA

31. Manter constantemente a campanha de filiação, visando ultrapassar 8 mil filiados no SISMMAC.

32. Continuar contribuindo, política e financeiramente, com a reorganização dos trabalhadores, ampliando de 6,2% para 8% do orçamento a verba destinada para este fim. Manter os critérios definidos no X Congresso do SISMMAC para que essas contribuições ajudem aqueles que estejam ou queiram se organizar sindicalmente, em movimentos sociais de trabalhadores ou até em movimento de trabalhadores em formação (estudantes) desde que se pautem, em sua organização, pelos seguintes princípios: Trabalho de Base, Organização por Local de Traba-

lho, Formação Política, Autonomia e Independência frente aos partidos, governos e patrões. Manter também a regra de que a verba desta cota não utilizada para este fim seja obrigatoriamente destinada ao nosso Fundo de Greve.

33. Ampliar a discussão com a categoria no Conselho de Representantes e demais espaços deliberativos sobre os movimentos sociais que estamos contribuindo financeiramente.

34. Manter o fundo de manutenção e ampliação da sede e bens imóveis/ estrutura, com o percentual de 8% para este fim.

35. Aumentar o depósito mensal em nosso Fundo de Greve para 10% do orçamento.

36. Manter a prestação de contas mensal online, disponível no site do SISMMAC, e material impresso com a prestação de contas e tabela de vencimentos do Plano de Parreira entregue ao representante no CR para ser colocado no banner do Sindicato disponível nas unidades, além do material anual com a previsão orçamentária.

COLETIVO DE APOSENTADOS

37. Manter a realização anual do **Seminário dos Aposentados e Pré-Aposentados do SISMMAC**, com formação política e análise de conjuntura.

38. Promover formação política de temas diversificados considerando as necessidades dos(as) aposentados(as).

39. Reivindicar ao IPMC e ao ICS políticas e programas que contemplem os aposentados junto à Prefeitura, programas que orientem o aposentado(a) para uma vida independente, capacitando-o para a longevidade que não deve ser vista como um problema, mas como uma oportunidade, desafio e ciclo de vida para todos(as).

40. Buscar ampliar em parceria com outras instituições, inclusive o IPMC, programas voltados aos aposentados que lhes proporcione uma vida independente, capacitando-os para a longevidade que não deve ser vista como um problema, mas como uma oportunidade, desafio e ciclo de vida para todos(as).

41. Manter as reuniões mensais do Coletivo de Aposentados na última quinta-feira do mês. A programação das atividades dos encontros deve ser planejada anualmente e aprovada no primeiro encontro do ano.

42. Garantir ampla divulgação do Coletivo nos canais de comunicação do SISMMAC.

43. Garantir e fortalecer o Coletivo de Aposentados, **com ampla divulgação do Coletivo nos canais de comunicação do SISMMAC como política permanente.**

44. Manter o envio de informações do SISMMAC pelos Correios.

45. Manter campanha de sindicalização após a aposentadoria e campanha para que os aposentados permaneçam sindicalizados.

46. Criar um grupo de aposentados que possam auxiliar no trabalho de base junto com a direção liberada nos locais de trabalho.

FORMAÇÃO

47. Realizar anualmente a Semana de Estudos Pedagógicos – SEP do SISMMAC – em data que não coincida com a SEP da Prefeitura e atividades de grande concentração da categoria marcadas pela administração. Essa formação deve ser um espaço de debate das pautas pedagógicas e de organização das lutas por condições concretas de trabalho pedagógico. Para 2019, o eixo será a resistência contra os ataques da agenda Bolsonaro, Ratinho

Jr, Greca e contra qualquer governo que ataque os direitos dos trabalhadores.

48. Criar grupo de debate e estudo sobre opressões no SISMMAC, com o objetivo de qualificar a luta contra qualquer tipo de discriminação (étnica, gênero, religiosa ou de orientação sexual) e como espaço de apoio para a luta dos diversos movimentos sociais que se dedicam a essas causas, cobrando do poder público suas ações e políticas públicas.

49. Realizar diagnóstico a partir do número de estudantes negros levantados através dos dados do IBGE e fomentar políticas públicas e ações sindicais de formação e enfrentamento, estudo e fiscalização das leis 10.639/03 e 11.645/08.

50. Fomentar cursos de extensão em parceria com universidades públicas, com temas gerais e específicos.

51. Continuar as formações políticas no Conselho de Representantes, **garantindo as diferentes expressões e concepções existentes na base.**

52. Continuar promovendo seminários e debates a respeito de questões político-pedagógicas: avaliações e índices de rendimento escolar; sistema ciclado e seriado; políticas educacionais; revisão e debate sobre os pareceres trimestrais de resultados dos estudantes. Criação de um grupo de estudos de pesquisa e análise sobre as Políticas Educacionais.

53. Promover seminários e debates culminando numa conferência de educação dentro de cada gestão sindical com o tamanho e estrutura semelhantes ao Congresso. Promover formação continuada em horários alternativos sobre o Plano de Carreira de 2014 a fim de instrumentalizar a categoria para futuros embates políticos com as administrações municipais, como uma cartilha específica para toda a categoria de forma didática.

ESTATUTO

54. Calendário para debater as alterações do estatuto do SISMMAC: debates nos Conselhos de Representantes e encontros regionais em maio, junho e julho de 2019. Realizar assembleia para mudança do estatuto em agosto de 2019. Incluir no estatuto a realização mensal do Coletivo de Aposentados do SISMMAC, quando este for reformulado.

CONSELHOS MUNICIPAIS

55. Continuar participando dos conselhos municipais nos quais o SISMMAC possui conselheiros, reavaliando constantemente junto à categoria o papel desses espaços e a necessidade ou não de continuar participando. Avaliar junto ao Coletivo de Aposentados a participação no Conselho Municipal do Idoso.

PAUTAS PEDAGÓGICAS

56. Contra o Projeto Escola Sem Partido: por uma Educação Plural e Democrática.

57. Discussão democrática de forma crítica, mantendo uma posição contrária à Base Nacional Comum Curricular tal como vem sendo implementada.

58. Lutar pela educação pública, gratuita, laica, universal e de qualidade.

59. Lutar pela garantia de tempo integral nos CMEIs.

60. Lutar pela manutenção do atendimento dos anos finais do Ensino Fundamental das matrículas existentes.

61. Contratação imediata de profissionais de apoio à inclusão em detrimento da contratação de estagiários.



62. Estudo e defesa do Plano Municipal de Educação de Curitiba de acordo com os itens que compõem a Pauta de Reivindicações da categoria.

63. Continuidade das lutas nas frentes e pautas pedagógicas que já fazem parte da pauta de lutas aprovadas em assembleia:

- ▶ Redução do número de estudantes por turma;
- ▶ Ampliação e revisão do porte das escolas;
- ▶ Manutenção do terço de hora-atividade e ampliação para 50%;
- ▶ Manutenção da licença-prêmio;
- ▶ Política concreta de apoio à inclusão;
- ▶ Ampliação das vagas nos CMAEES, AEE's e Educação Especial;
- ▶ Por reformas e construções de novos prédios escolares;
- ▶ Descongelamento do Plano de Carreira e data-base dos servidores;
- ▶ Defender a EJA como direito e com condições adequadas à permanência do educando;
- ▶ Educação Inclusiva com responsabilidade e qualidade.

MOÇÕES APROVADAS



MOÇÃO DE REPÚDIO CONTRA O PROJETO ESCOLA SEM PARTIDO

O magistério municipal de Curitiba vem a público REPUDIAR, de forma veemente, todo e qualquer projeto que tenha como mérito a implantação do pensamento “escola sem partido”. Segundo o Jornal Folha de Londrina de 24 de novembro de 2018, mais de 150 entidades de 87 países adotam uma moção de emergência contra o projeto Escola Sem Partido. O documento foi aprovado por unanimidade nesta semana, durante a 6ª Assembleia Mundial da Campanha Global pela Educação, no Nepal. O texto teve o apoio de entidades de todos os continentes e países, como EUA, Reino Unido, Holanda, Suíça e Dinamarca. Também estavam no evento grupos como Oxfam, Save the Children e Action Aid, além de relatores da ONU (Organização das Nações Unidas).

O projeto de lei Escola Sem Partido (PL 7180/14) pode ser votado em uma comissão especial nos próximos dias. A iniciativa prevê a proibição do que chama de “prática de doutrinação política e ideológica” pelos professores, além de vetar atividades e a veiculação de conteúdos que não estejam de acordo com as convicções morais e religiosas dos pais do estudante. Define, ainda, os deveres dos professores, que devem ser exibidos em cartazes afixados nas salas de aula. O projeto de lei também esteve no centro do debate sobre a escolha do futuro ministro da Educação.

O projeto de lei, porém, foi mencionado por entidades internacionais como um exemplo de uma tendência “preocupante”. De acordo com a moção, “o ultraconservadorismo de governos e movimentos tem atacado a pluralidade pedagógica, a liberdade de cátedra, a perspectiva da igualdade das identidades de gênero e orientações sexuais, além das de minorias étnico-raciais, e ao mesmo tempo, promovendo a militarização na educação”. “Como estratégia política, os agentes promotores do ultraconservadorismo têm incentivado a censura a professoras e professores por parte de estudantes e famílias, prática que tem se tornado cada vez mais frequente”, apontaram as entidades.

MOÇÃO DE REPÚDIO CONTRA O PACOTAÇO I

O magistério municipal de Curitiba vem a público REPUDIAR, de forma veemente, o pacote de ajuste fiscal proposto pelo prefeito Rafael Greca em junho de 2017, que afetou a qualidade dos serviços públicos e, conseqüentemente, prejudica toda a população. O pacote afetou, especialmente, a carreira e condições de trabalho do magistério municipal de Curitiba, com prejuízos sobre o plano de carreira, reajuste da data-base e previdência, o que causa enormes prejuízos funcionais e de qualidade do trabalho.

MOÇÃO DE REPÚDIO CONTRA O PACOTÃO II

O magistério municipal de Curitiba vem a público REPUDIAR, de forma veemente, o segundo pacote de ajuste fiscal, proposto pelo prefeito Rafael Greca em outubro de 2018, que consiste na contratação temporária via Processo Seletivo Simplificado (PSS) e no fechamento de equipamentos públicos, como UPAs, CRAS e turmas em CMEIS. A contratação temporária via PSS e o projeto da Prefeitura que amplia a terceirização abrem a possibilidade para que não existam mais concursos públicos, o que mostra a intenção de economizar às custas do aumento da precarização e da piora da qualidade dos serviços públicos. Além disso, essa medida afeta o Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Curitiba (IPMC), pois reduz o financiamento.

MOÇÃO DE REPÚDIO CONTRA A CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DE INCLUSÃO EM SUBSTITUIÇÃO AOS PROFISSIONAIS DA REDE MUNICIPAL DE CURITIBA

O magistério municipal de Curitiba vem a público REPUDIAR a contratação de acadêmicos de psicologia e pedagogia como estagiários para exercer a função de profissional de apoio junto aos estudantes de inclusão da rede municipal de Curitiba. Entendemos que a prática dos acadêmicos é um instrumento importante na formação específica do futuro profissional, porém o exercício do apoio pedagógico não pode ocorrer em detrimento da contratação de profissionais pertencentes ao quadro do magistério, pois o atendimento ao estudante de inclusão exige não só a formação completa do profissional, como a experiência.

MOÇÃO CONTRA A REFORMA DA PREVIDÊNCIA

O magistério municipal de Curitiba vem a público REPUDIAR toda e qualquer proposta de reforma da previdência que cause prejuízo diretamente à classe trabalhadora, especialmente àqueles que se encontram na ativa. Da forma como está sendo proposta, a reforma da previdência atingirá em cheio os direitos conquistados pelos trabalhadores. Entre os ataques estão a substituição dos regimes próprios pelo regime geral de previdência; contribuição mínima de 40 anos de trabalho para provimento de 100% do benefício da aposentadoria; isonomia de tempo de contribuição entre homens e mulheres, retirando o benefício de redução de 5 anos nas diferenças de gênero; fim da aposentadoria especial para professores da educação básica, ou seja, 25 anos de contribuição para mulheres e 30 anos de contribuição para homens.

MOÇÃO DE REPÚDIO CONTRA A EXTINÇÃO DA FUNÇÃO DE COBRADOR DE ÔNIBUS

As professoras e professores da rede municipal de Curitiba, reunidos no XII Congresso do SISMMAC, manifestam seu repúdio à Lei do Desemprego proposta pelo prefeito Rafael Greca que pretende acabar com a função de cobrador de ônibus e impor a exclusividade no uso do cartão transporte. O projeto de lei tramita na Câmara Municipal e, se for aprovado, colocará na rua mais de 6 mil trabalhadores, pais e mães de família, que dependem desse emprego para sobreviver.

A direção da Urbs (Urbanização de Curitiba) já deixou claro que o fim da função de cobrador não irá reduzir o valor da tarifa. Isso significa que a Lei do Desemprego vai beneficiar apenas as oito grandes empresas que controlam a máfia do transporte público em Curitiba.

Além do prejuízo causado a essas seis mil famílias, a demissão em massa de cobradores aumentará a demanda por serviços públicos e afetará a economia de toda a cidade. Hoje, são mais de 200 mil pessoas procurando emprego só no Paraná. A taxa de desemprego chega a 13% no país.

O magistério municipal reafirma sua solidariedade ativa de classe à luta das cobradoras e cobradores de ônibus que lutam em defesa de seus empregos!

MOÇÕES APOIADAS



A plenária final do XII Congresso também aprovou apoio à duas moções de repúdio produzidas originalmente pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação.

MOÇÃO DE REPÚDIO CONTRA A REFORMA TRABALHISTA

A CNTE, na condição de entidade representativa de mais de 4,5 milhões de trabalhadores em educação das escolas públicas de nível básico, repudia com veemência a aprovação do projeto de lei que trata da famigerada Reforma Trabalhista, que retroage os direitos da classe trabalhadora ao início do século passado.

O assalto aos direitos trabalhistas e o retrocesso social imposto pela referida Reforma, sob o falso discurso da atualização da legislação com vistas a proporcionar a retomada da economia e do emprego, expõe, mais uma vez, o Brasil ao mundo – na condição de nação subalterna aos interesses internacionais e de sua elite reacionária – e penaliza a grande massa da população que perderá direitos elementares conquistados ao longo de décadas de lutas.

A reforma trabalhista, além de pender para um único lado – o dos patrões –, tende a agravar a pobreza e a distribuição de renda na sociedade, tornando os ricos mais ricos e os pobres mais pobres. Isso porque a renda do trabalho e das famílias ficará ainda mais reduzida frente aos lucros dos empresários que detêm os meios de produção, contribuindo para agravar nossa histórica dívida social.

O Estado de Bem-Estar Social, que se tentou implementar na última década no Brasil, está sendo destruído em menos de um ano por um governo golpista alçado ao Poder com o aval das instituições do país. E é passada a hora de dar um basta a esse processo de destruição de direitos e de consagração de privilégios de uma elite sem voto, que não se cansa de expropriar nossas riquezas a de explorar nossa gente.

Diante de mais esse absurdo aprovado pelo Congresso Nacional, ao qual se somam a EC 95 (ajuste fiscal), a Terceirização ilimitada, a reforma do ensino médio e tantas outras aberrações propostas pelo governo ilegítimo e chanceladas pelo Congresso corrompido, a CNTE conclama a sociedade brasileira, comprometida com os interesses da maioria do povo, a se unir contra todas as medidas que encaminham o Brasil para uma verdadeira tragédia social nas próximas décadas.

Todos/as à luta!
Nenhum Direito a Menos!

Brasília, 12 de junho de 2017
Diretoria Executiva

MOÇÃO DE REPÚDIO CONTRA A PERSEGUIÇÃO AOS PROFESSORES

A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, entidade representativa de mais de 4 milhões de trabalhadores/as das escolas públicas brasileiras, vem a público REPUDIAR, de forma veemente, a declaração da deputada estadual recém-eleita por Santa Catarina, Ana Caroline Campagnolo, do Partido Social Liberal (PSL), o mesmo de Jair Bolsonaro.

No dia de ontem, após os resultados da eleição presidencial, em que o seu candidato sagrou-se vencedor, em uma campanha eleitoral marcada pela divulgação maciça de mentiras nas redes sociais, a referida cidadã, que sequer ainda tomou posse no cargo para o qual foi eleita, já se arvorou a reproduzir as atrocidades que aprendeu com o seu mestre de partido, agora eleito Presidente da República. Publicou em suas redes sociais um comunicado em que instiga e incentiva que os estudantes gravem e filmem o que ela chamou de “professores doutrinadores”. A posição dessa cidadã, além de representar um claro ataque à categoria de professoras e professores de seu Estado, é uma afronta aos preceitos inscritos em nossa legislação.

A aberração que essa cidadã se permitiu escrever em sua rede social confronta o princípio de liberdade de cátedra, inscrito em nossa Constituição, em seu artigo 205, que assegura, claramente, “a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber”. Contraria também o que está explícito, logo em seu artigo 3º, na nossa Lei de Diretrizes e Bases Nacional – LDB (Lei 9,394/1996).

O que está por trás da postura dessa cidadã é a aberração do projeto da Escola sem Partido, proposta encampada por esses que agora ganharam a eleição presidencial, mas que não passa de uma artimanha para perseguir os/as professores/as em seu ambiente de trabalho. Saibam todos eles que essa proposta não prosperará sem a resistência da sociedade brasileira e, em especial, dos/as trabalhadores/as em educação.

O nosso repúdio a essa postura indigente da futura deputada vem junto com um alerta e recomendações aos/às professores/as que por ventura sejam submetidos a essa excrecência: se alguém invadir uma aula sua, garanta a presença de testemunhas; não permita gravações de ninguém, sob pena de ferir o seu direito à imagem; e, por fim, contate imediatamente o seu sindicato local para as medidas jurídicas apropriadas.

O nosso repúdio também vem acompanhado com um aviso: não nos imporão o medo! Não destruirão a educação pública nesse país sem enfrentarem muita resistência! O futuro reserva a esse tipo de gente a lata do lixo da história!

Brasília, 29 de outubro de 2018
Direção Executiva da CNTE





SISMMAC

**Sindicato dos Servidores do Magistério Municipal de Curitiba
Gestão Novos Rumos**

Rua Nunes Machado, 1577 | Rebouças | Curitiba/PR

Fone/Fax: 41 3225-6729

sismmac@sismmac.org.br | www.sismmac.org.br